

DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS NO BRASIL E A HIPÓTESE DA CONVERGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO

SYLVIO BANDEIRA DE MELLO E SILVA¹
BARBARA-CHRISTINE NENTWIG SILVA²
MAINA PIRAJÁ SILVA³

Resumo:

O objetivo do trabalho é o de mensurar os desequilíbrios regionais no Brasil, em suas diversas escalas (regiões, estados, mesorregiões, microrregiões e municípios), confrontando seus índices com a possibilidade da emergência da redução dos desníveis regionais, proposta na hipótese e na metodologia de Williamson (1965), em seu clássico trabalho sobre desequilíbrios regionais no mundo. Na escala das grandes regiões, os desequilíbrios brasileiros, para o período 2005-2007, não são tão altos, sendo mais altos se tomarmos a escala dos estados, das mesorregiões, das microrregiões e bem mais altos na escala do Brasil dividido em municípios. As regiões Sul e Sudeste são as menos desequilibradas cujos estados são também menos desequilibrados que os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Dividindo o país em estados, divisão tomada por Williamson, a análise permitiu constatar, para o período 1939-2007, a tendência a uma maior convergência do desenvolvimento no Brasil, mesmo sem expressar a forma de um **U** invertido proposta pelo autor, o que poderia ocorrer, por hipótese, se a análise pudesse ter sido feita desde o início do século

XX. O trabalho conclui apontando para a necessidade de priorizar o estudo dos desequilíbrios intra-estaduais, com base em uma longa série de dados, confrontando a situação com o modelo de Williamson.

Palavras-chave: Desequilíbrios regionais; Brasil; modelo de Williamson; escalas do desenvolvimento.

Abstract:

The objective of this paper is to measure the regional imbalances in Brazil in its various scales (regions, states, mesoregions, microregions and municipalities) and to discuss their contents with the possibility of the emergence of reducing regional disparities proposed in the hypothesis and in the methodology

of Williamson (1965), in his classic work on regional imbalances in the world. On the scale of large regions, imbalances in Brazil, for the period 2005-2007, are not very high, being higher if we take the range of states, the regions, the mesoregions, microregions and much higher on the scale of Brazil divided into municipalities. The South and Southeast are the least unbalanced regions with states also less unbalanced than in the North, Northeast and Midwest. Dividing the country into states, the division made by Williamson, the analysis helped to confirm for the period 1939-2007 the trend to a greater convergence of development in Brazil, even without expressing the shape of an inverted **U** proposed by

¹ Doutor em Geografia pela Universidade de Toulouse/França. Especialista em Desenvolvimento Econômico – CEPAL-ILPES/UFBA. Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador/UCSAL e do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia/UFBA. Integra, como pesquisador/CNPq, o Núcleo de Pesquisa GLOCAL. E-mail: sylvioms@ucsal.br

² Doutora em Geografia pela Universidade de Freiburg/Alemanha. Professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador/UCSAL e do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia/UFBA. Integra como pesquisadora/CNPq, o Núcleo de Pesquisa GLOCAL. E-mail: barbarans@ucsal.br

³ Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Mestranda em Geografia/UFBA. Integra o Núcleo de Pesquisa GLOCAL/CNPq. E-mail: mainapiraja@yahoo.com.br

“ *Nas últimas décadas, tem crescido bastante a análise, em diversas escalas, dos desequilíbrios regionais, priorizando, sobretudo, os aspectos econômicos e sociais.* ”

the author, which could occur, hypothetically, if the analysis could have been made since the early twentieth century. The paper concludes by pointing to the need to prioritize the analysis of inter-state imbalances, based on a long series of data, comparing the situation with the model of Williamson.

Keywords: Regional imbalances, Brazil; Williamson's model; scales of development.

JEL: R11

1. Introdução

A temática dos desequilíbrios regionais é de fundamental importância para várias disciplinas acadêmicas. Na Geografia, por exemplo, a questão assume um significado especial já que o nível regional é o mais tradicional da disciplina. Ao longo de sua história, a Geografia deu muita importância às diferenças regionais expressas como resultado das variadas combinações *in situ* entre elementos da natureza e da vida econômica e social, construídas ao longo do tempo. É a opção preferencial pela Geografia Regional, em sua valorização da diferenciação regional, para a qual contribuíram autores clássicos como Alfred Hettner, Vidal de La Blache e Richard Hartshorne, causando o chamado princípio do excepcionalismo em

Geografia segundo o qual cada região seria única e excepcional, como resultado das combinações específicas de elementos da natureza e da sociedade, o que impediria a proposição de uma generalização. Schäfer (1953) criticou duramente o excepcionalismo valorizando a busca de uma teorização que fosse comum a todas as regiões, apesar das particularidades de cada caso. Para tanto, resgatou, dentre outras, a contribuição de Walter Christaller, com sua Teoria das Localidades Centrais (1966 [1933]), bem próxima da contribuição econômica.

A Economia tem também forte tradição com a temática, especialmente com a Economia Regional, para a qual contribuíram autores clássicos como Johann Heinrich von Thünen, Alfred Weber, August Lösch, Walter Isard, François Perroux e Harry Richardson, dentre outros. O destaque tem sido a busca de uma lógica para a localização das atividades econômicas provocando efeitos diferenciados do ponto de vista regional e de sua dinâmica (ISARD, 1956; 1975; HADDAD; FERREIRA; BOISIER; ANDRADE, 1989).

Nas últimas décadas, tem crescido bastante a análise, em diversas escalas, dos desequilíbrios regionais, priorizando, sobretudo, os aspectos econômicos e sociais.

Os desequilíbrios regionais, do ponto de vista econômico e social, existentes em um determinado momento e quase sempre tomados em um contexto nacional, decorrem de vantagens econômicas e sociais, produzidas historicamente, mais favoráveis a determinadas regiões do que a outras gerando, assim, uma estrutura regional com regiões ricas (“regiões que ganham”, BENKO; LIPIETZ, 1992, 2000) e regiões pobres (“regiões que perdem”, KLEIN et al, 1995). Desta forma, pouco a pouco, cresceu a percepção de que o processo de crescimento ou desenvolvimento é, por definição, geograficamente desigual, com inúmeros desdobramentos na vida econômica,

social, cultural e política de um país.

Portanto, medir os desequilíbrios regionais de um país, é uma relevante tarefa da pesquisa geográfica, da pesquisa econômica e de áreas afins. No caso do Brasil, isto deve ser encarado como uma prioridade, em diferentes escalas de análise, como decorrência de sua enorme dimensão espacial e de suas diversificadas histórias, geografias e economias regionais, causando desníveis regionais, bastante conhecidos, por exemplo, no caso da histórica comparação entre o Nordeste e o Norte com o Sul e o Sudeste.

Por conseguinte, mensurar os atuais desequilíbrios regionais no Brasil, refletindo sobre sua trajetória, tem grande significado acadêmico e aplicado, especialmente por colocar importantes desafios para a definição e implementação de políticas públicas.

2. Objetivo e Metodologia de Análise

Com o objetivo de analisar, em várias escalas, os desequilíbrios regionais no Brasil, confrontando seus indicadores com a possibilidade da emergência da reversão dos desníveis regionais, o trabalho toma como base a contribuição seminal de Williamson (1977 [1965]) considerando que a mesma apresenta elementos teóricos e empíricos pertinentes para a realidade brasileira.

Com efeito, Williamson destaca-se pela sua hipótese e por seu método de análise, de validade internacional, com amplo significado histórico.

Sua hipótese era a seguinte:

A hipótese inicial desse estudo é que os estágios iniciais do desenvolvimento nacional criam diferenciais de renda entre o Norte e o Sul [a região mais rica e a mais pobre] cada vez maiores. Em algum ponto do curso do desenvolvimento, algumas ou todas as tendências desequilibradoras diminuem, causando uma reversão no padrão de desigualdade inter-regional. Ao invés da diver-

gência dos níveis inter-regionais de desenvolvimento, a convergência será preponderante, com as regiões atrasadas diminuindo o hiato de desenvolvimento entre elas e as áreas industrializadas. O resultado esperado é que a descrição estatística da desigualdade regional tenha a forma de um *U* invertido, ao longo do curso do crescimento nacional; o momento histórico do máximo de desigualdade espacial é um tanto quanto vago, e pode variar consideravelmente com a dotação de recursos e o ambiente institucional de cada nação em desenvolvimento. (WILLIAMSON, 1977, p.62)

A questão da reversão da polarização foi igualmente proposta por Richardson (1980), analisada, por diversos autores brasileiros para o caso específico do Estado de São Paulo, onde o modelo foi historicamente comprovado (AZZONI, 1986; FERREIRA, 1991; TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988). Mas, entre 1999 e 2007, a participação da Região Metropolitana de São Paulo, no PIB do Estado de São Paulo, passa de 53% para 56%.

Williamson arrola vários fatores que contribuem para a consecução da sua hipótese. São fatores que antes causaram os desníveis e que progressivamente passam a provocar maior equilíbrio: migração de trabalho, migração de capital, relacionamento inter-regional e política do Governo Central.

Quanto ao método, Williamson formulou uma equação que combina a população nacional de um determinado país, a população das regiões, a renda *per capita* nacional e a renda *per capita* das regiões. O resultado é um índice que permitiu comparar vários países relacionados, sendo que quanto mais próximo de zero, menor será o desequilíbrio regional de um país.

A equação original do índice de desequilíbrio regional é a seguinte:

$$V_w = \frac{\sqrt{\sum_i (y_i - \bar{y})^2 \frac{f_i}{n}}}{\bar{y}} \text{ Onde:}$$

f_i = população da *i*-ésima região
 n = população nacional
 y_i = renda *per capita* da *i*-ésima região
 y = renda *per capita* nacional

Williamson calculou esse índice para 25 países. Com base nos dados por estados da década de 50, o Brasil obteve o índice de 0,700 (média do período 1950-59), o pior de todos os países (1977, p. 67). A recente disponibilidade *on line* de informações no Brasil, em nível das regiões, mesorregiões, microrregiões e municípios, permitiu que a metodologia

de Williamson fosse aplicada nesse trabalho para todas essas escalas de análise, além da estadual que foi por ele trabalhada.

3. Desequilíbrios regionais no Brasil e a hipótese de Williamson

Tomando todo o Brasil como uma unidade de análise, o índice de Williamson foi calculado com base em diferentes níveis territoriais (regiões, estados, mesorregiões microrregiões e municípios), para o período recente de 2005 a 2007 (tabela 1):

Na região Nordeste, a redução

Tabela 1: Brasil – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005 a 2007

Níveis territoriais	Nº de divisões territoriais	Anos		
		2005	2006	2007
Regiões	5	0,376	0,374	0,380
Estados	27	0,476	0,474	0,474
Mesorregiões	137	0,554	0,557	0,549
Microrregiões	558	0,617	0,617	0,607
Municípios	5.564	0,872	0,875	0,855

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto interno bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

Como se observa, há um aumento nos valores dos índices de desequilíbrios de acordo com o aumento do número de divisões territoriais analisadas, culminando em elevados desequilíbrios com base em municípios. À exceção da escala das cinco grandes regiões, os índices diminuem, no período analisado, nos demais níveis territoriais.

Iniciando a análise por grandes regiões brasileiras, a tabela 2 mostra os desequilíbrios na região Norte, onde também ocorre o crescimento dos índices com o aumento do número de divisões territoriais. Os índices se reduzem no período 2005-2007, considerando a divisão regional por microrregiões e municípios e aumentam na divisão regional por estados e mesorregiões.

Tabela 2: Região Norte – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005 a 2007

Níveis territoriais	Nº de divisões territoriais	Anos		
		2005	2006	2007
Estados	7	0,259	0,276	0,264
Mesorregiões	20	0,439	0,455	0,442
Microrregiões	64	0,565	0,577	0,547
Municípios	449	0,764	0,783	0,711

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto interno bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

dos índices ocorre em todas as escalas de análise e o incremento dos índices se dá da mesma forma como no exemplo da Região Norte com o crescimento do número de divisões territoriais. O índice calculado com divisão municipal é o mais alto de todas as regiões brasileiras (tabela 3).

Tabela 3: Região Nordeste – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005 a 2007

Níveis territoriais	Nº de divisões territoriais	Anos		
		2005	2006	2007
Estados	9	0,177	0,157	0,164
Mesorregiões	42	0,513	0,476	0,456
Microrregiões	188	0,650	0,609	0,603
Municípios	1.793	1,293	1,199	1,199

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto interno bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

A região Sudeste apresenta, com exceção da divisão por microrregiões, crescimento dos índices no período analisado (tabela 4). Os índices crescem segundo o aumento do número de unidades territoriais, como ocorreu nas análises anteriores.

Tabela 4: Região Sudeste – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005 a 2007

Níveis territoriais	Nº de divisões territoriais	Anos		
		2005	2006	2007
Estados	4	0,212	0,208	0,215
Mesorregiões	37	0,331	0,346	0,334
Microrregiões	160	0,408	0,422	0,407
Municípios	1.668	0,678	0,710	0,682

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto interno bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

A região Sul apresenta os menores índices de desequilíbrios regionais de todas as regiões brasileiras e redução dos mesmos no período analisado em todas as escalas trabalhadas (tabela 5).

Tabela 5: Região Sul – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005 a 2007

Níveis territoriais	Nº de divisões territoriais	Anos		
		2005	2006	2007
Estados	3	0,062	0,066	0,048
Mesorregiões	23	0,240	0,224	0,227
Microrregiões	94	0,334	0,305	0,312
Municípios	1.188	0,675	0,635	0,633

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto interno bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

A região Centro-Oeste, por sua vez, apresenta os piores índices de desequilíbrio regional do Brasil nas primeiras três divisões territoriais e o segundo mais alto índice do país na escala municipal (tabela 6).

Tabela 6: Região Centro-Oeste – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005 a 2007

Níveis territoriais	Nº de divisões territoriais	Anos		
		2005	2006	2007
Estados	4	0,647	0,666	0,616
Mesorregiões	15	0,676	0,686	0,638
Microrregiões	52	0,720	0,714	0,676
Municípios	466	0,784	0,764	0,733

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto interno bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

Visite nosso site:

www.unifacs.br

A figura 1 consolida visualmente os desequilíbrios regionais para as grandes regiões brasileiras. Destaca-se a pequena variação dos altos índices da região Centro-Oeste e a grande variação dos índices segundo diferentes níveis territoriais na região Nordeste.

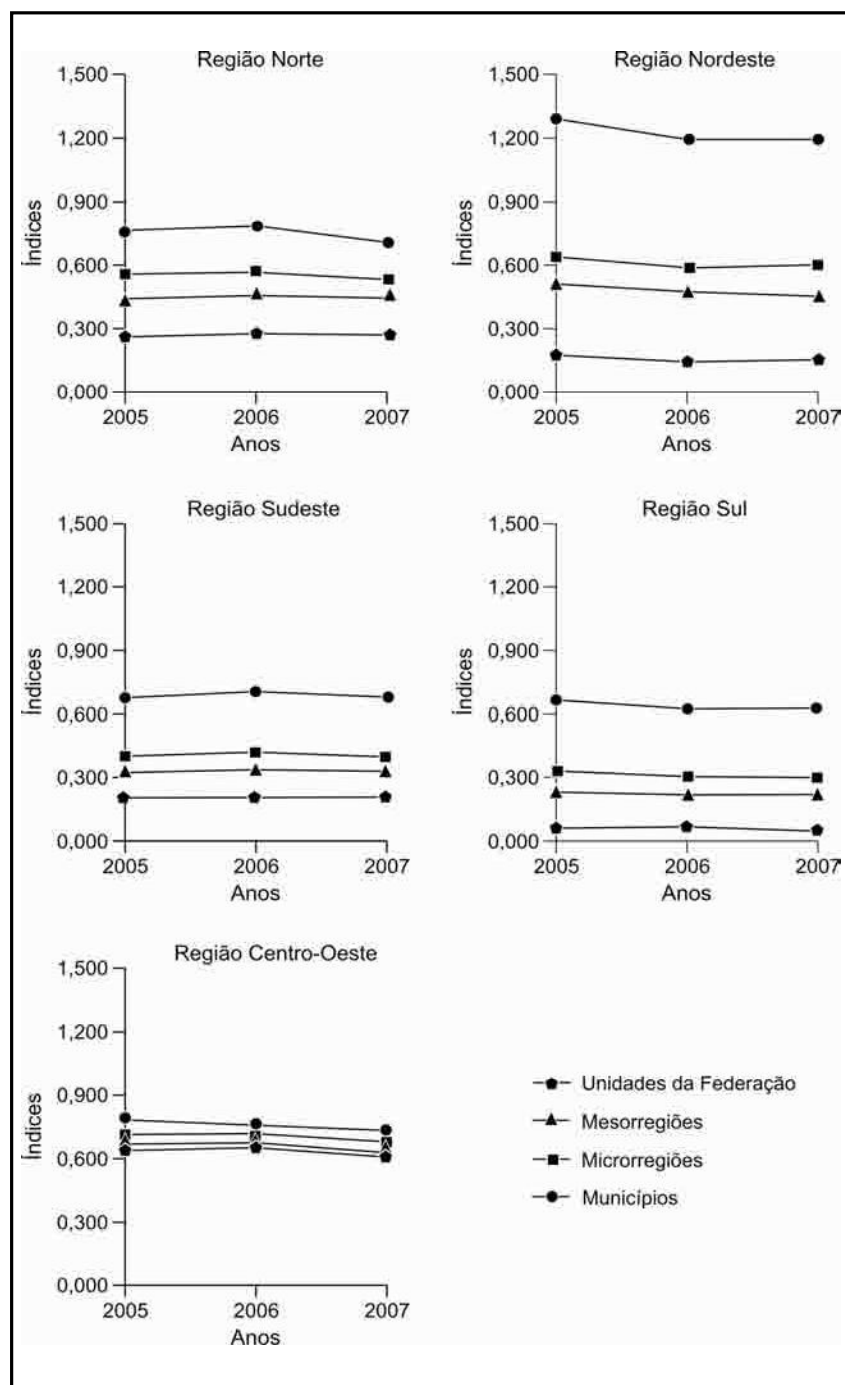


Figura 1: Regiões – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005-2007

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto interno bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

“ Foi construída agora pelos autores uma série temporal de 1939 a 2007, sendo que para alguns anos, por falta de dados, não foi possível calcular o índice. Para 2005 a 2007, os índices foram calculados com base na nova metodologia do IBGE...” ”

Após essa análise geral dos recentes desequilíbrios regionais no Brasil e em suas grandes regiões, é possível verificar historicamente a hipótese de Williamson para toda a realidade brasileira, o que exige um maior período de análise.

Como foi dito anteriormente, Williamson trabalhou os dados dos 21 estados brasileiros existentes na época de seu estudo (1950/1959): Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Foi construída agora pelos autores uma série temporal de 1939 a 2007, sendo que para alguns anos, por falta de dados, não foi possível calcular o índice. Para 2005 a 2007, os índices foram calculados com base na nova metodologia do IBGE para o cálculo do Produto Interno Bruto (tabela 7).

Para fins de comparação internacional, o índice do Brasil, para 2007 (0,474), é um pouco superior ao da Espanha (0,415), calculado por Williamson para meados da década de 1950.

Tabela 7: Brasil - Índices de Williamson com base na divisão por estados – 1939/2007

Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice
1939	0,672	1962	0,540	1985	0,516
1940*	-	1963	0,589	1986	0,474
1941*	-	1964	0,536	1987	0,537
1942*	-	1965	0,524	1988	0,541
1943*	-	1966	0,636	1989	0,642
1944*	-	1967*	-	1990	0,624
1945*	-	1968*	-	1991	0,548
1946*	-	1969*	-	1992	0,591
1947	0,617	1970	0,663	1993	0,602
1948	0,626	1971*	-	1994	0,497
1949	0,658	1972*	-	1995	0,478
1950	0,655	1973*	-	1996	0,458
1951	0,654	1974*	-	1997	0,468
1952	0,682	1975	0,654	1998	0,475
1953	0,658	1976*	-	1999	0,463
1954	0,666	1977*	-	2000	0,462
1955	0,659	1978*	-	2001	0,457
1956	0,640	1979*	-	2002	0,440
1957	0,627	1980	0,541	2003	0,482
1958	0,646	1981*	-	2004	0,469
1959	0,612	1982*	-	2005	0,476
1960	0,576	1983*	-	2006	0,474
1961	0,581	1984*	-	2007	0,474

* Não há dados disponíveis.

Fonte dos dados: IBGE. *Estatísticas do século XX - população 1939 a 1998; Estatísticas do século XX – Contas regionais 1939 a 1998; Estimativas da população, 1999, 2001 a 2006; Censo demográfico 2000; Contagem da população, 2007; Produto interno bruto dos municípios, 1999 a 2007*. Elaboração: autores.

Provavelmente, a existência de diferentes moedas nacionais no período, pode ter trazido algumas dificuldades na comparação histórica, anuladas desde 1994, com a criação do real. Entretanto, esta observação não invalida a análise histórica, considerando seu uso recorrente em diversos estudos. A figura 2 representa a evolução histórica dos índices brasileiros de desequilíbrios regionais desde o final da primeira metade do século XX até os anos recentes da primeira década do século XXI.

Portanto, mesmo com a ressalva da ausência de dados para uma parte da série histórica (ano a ano), o que a nosso ver não inviabiliza uma análise de tendências gerais, é perfeitamente possível avaliar a hipótese de Williamson para os desequilíbrios brasileiros na base de estados, para o período 1939-2007.

Com efeito, os índices são elevados no início da série, crescem com altos e baixos entre 1966 e 1993 com o desenvolvimento econômico nacional, mesmo considerando suas ir-

regularidades, e começam a infletir a partir de 1994 como resultado de políticas públicas, em especial da implantação do Plano Real, de políticas sociais de transferência de renda e de estímulos à descentralização industrial, como ocorreu, por exemplo, com a indústria automobilística no início dos anos 2000.

O gráfico não apresenta a forma de um **U** invertido, como imaginado por Williamson, mas há uma nítida tendência a uma redução expressiva dos desequilíbrios

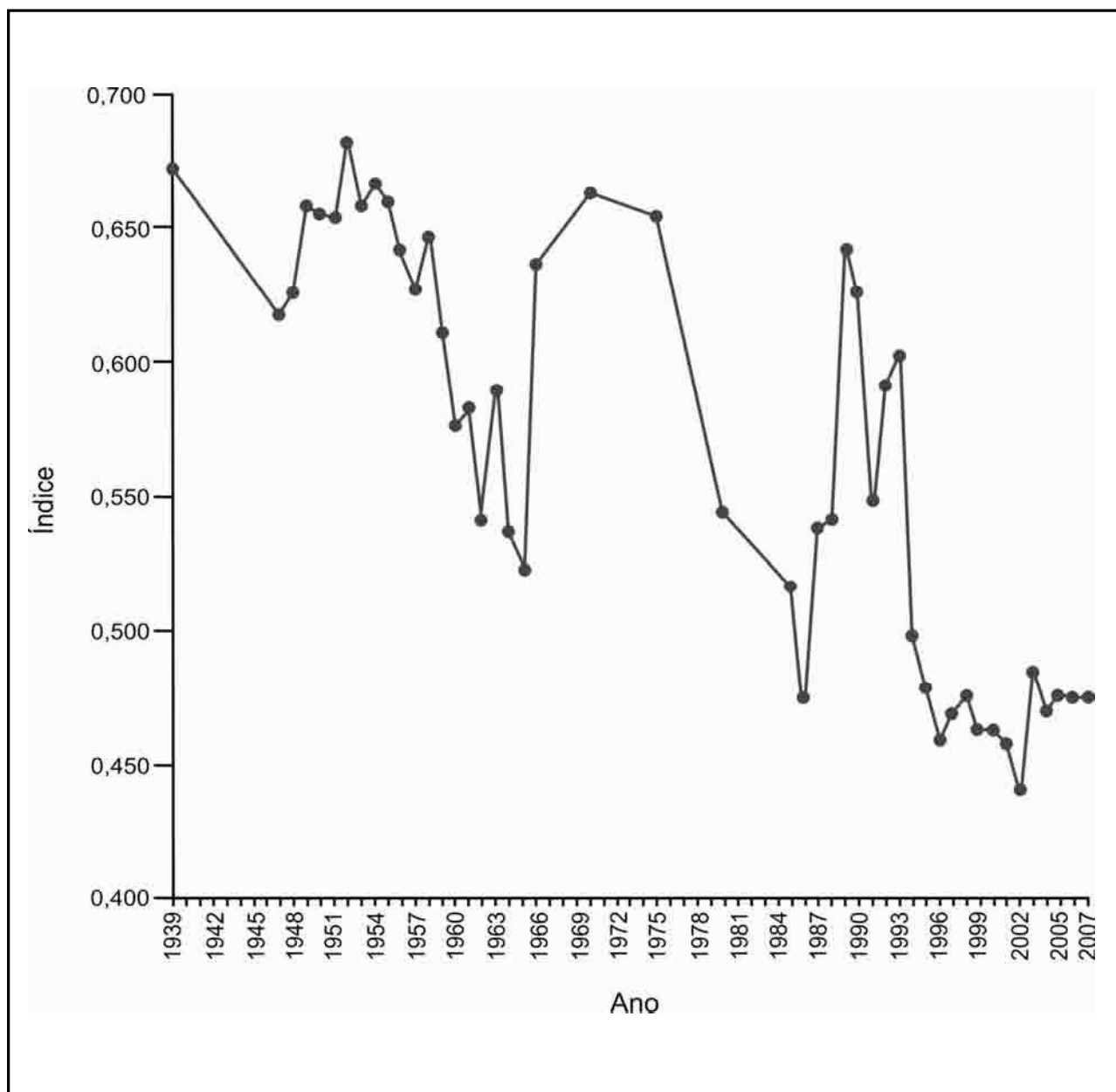


Figura 2: Brasil – Índice de Williamson - 1939-2007

Nota: Não há dados para os anos de 1940 a 1946; 1967 a 1969; 1971 a 1974; 1976 a 1979 e 1981 a 1984.

Fonte dos dados: IBGE. *Estatísticas do século XX - população 1939 a 1998*; *Estatísticas do século XX - Contas regionais 1939 a 1998*; *Estimativas da população, 1999, 2001 a 2006*; *Censo demográfico 2000*; *Contagem da população, 2007*; *Produto interno bruto dos municípios, 1999 a 2007*. Elaboração: autores.

regionais brasileiros, especialmente nos últimos 14 anos, coincidindo com a implantação do Plano Real. Talvez, a figura se aproximaria de um *U* invertido se tivéssemos dados bem anteriores a 1939, por exemplo, dos anos iniciais do século XX quando o Brasil apenas engatinhava no processo de desen-

volvimento através da industrialização. Na época, o Brasil era essencialmente rural o que gerava uma estrutura regional mais simples e homogênea, por hipótese, com baixos índices de Williamson, o que mudou nas décadas de 1930, 1940 e 1950 com a industrialização resultante da política de substituição de

importações, beneficiando o Sudeste, especialmente São Paulo.

4. Desequilíbrios regionais nos estados brasileiros

A análise dos desequilíbrios regionais nos estados brasileiros é realizada também para o período 2005-2007 (tabela 8).

Tabela 8: Estados – Índices de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005 a 2007

Estados	Nível de Municípios			Nível de Microrregiões			Nível de Mesorregiões		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Acre	0,238	0,235	0,254	0,212	0,218	0,235	0,199	0,196	0,203
Amapá	0,150	0,206	0,239	0,108	0,106	0,126	0,005	0,009	0,034
Amazonas	0,652	0,627	0,636	0,561	0,539	0,543	0,381	0,369	0,382
Pará	1,012	1,058	0,889	0,546	0,601	0,591	0,455	0,467	0,450
Rondônia	0,227	0,223	0,164	0,129	0,133	0,089	0,033	0,047	0,028
Roraima	0,213	0,222	0,209	0,148	0,145	0,174	0,117	0,120	0,140
Tocantins	0,526	0,429	0,486	0,295	0,289	0,286	0,002	0,001	0,023
Alagoas	0,520	0,531	0,544	0,398	0,406	0,436	0,291	0,285	0,258
Bahia	1,796	1,712	1,629	0,679	0,641	0,584	0,580	0,550	0,490
Ceará	0,588	0,552	0,568	0,493	0,466	0,471	0,476	0,448	0,451
Maranhão	0,803	0,753	0,788	0,640	0,586	0,611	0,342	0,298	0,290
Paraíba	0,766	0,675	0,698	0,489	0,459	0,477	0,391	0,363	0,367
Pernambuco	0,990	0,958	1,021	0,741	0,700	0,727	0,471	0,457	0,463
Piauí	0,565	0,611	0,562	0,452	0,473	0,445	0,262	0,256	0,266
Rio Grande do Norte	0,603	0,628	0,716	0,440	0,455	0,492	0,233	0,221	0,209
Sergipe	0,784	0,714	0,693	0,390	0,391	0,388	0,232	0,228	0,221
Espírito Santo	0,967	0,899	0,881	0,416	0,402	0,395	0,320	0,303	0,292
Minas Gerais	0,745	0,797	0,787	0,403	0,407	0,414	0,327	0,332	0,342
Rio de Janeiro	0,638	0,721	0,633	0,360	0,459	0,335	0,287	0,391	0,296
São Paulo	0,586	0,607	0,590	0,321	0,313	0,322	0,217	0,206	0,214
Paraná	0,610	0,629	0,669	0,283	0,273	0,324	0,255	0,251	0,281
Santa Catarina	0,500	0,501	0,526	0,252	0,259	0,276	0,191	0,189	0,199
Rio Grande do Sul	0,801	0,703	0,655	0,397	0,337	0,313	0,234	0,195	0,170
Goiás	0,656	0,632	0,652	0,414	0,390	0,371	0,344	0,324	0,303
Mato Grosso	0,809	0,668	0,701	0,614	0,505	0,572	0,307	0,225	0,264
Mato Grosso do Sul	0,302	0,312	0,304	0,199	0,212	0,198	0,114	0,125	0,097

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto interno bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

Em nível municipal, o estado que apresenta o maior índice de desequilíbrio, em 2007, é a Bahia (1,629) e o menor é Rondônia (0,164). Nesse cálculo, pesa, além do número e a diversidade de municípios, a existência de unidades com elevadíssimos PIB e pequena população, gerando altos PIB *per capita*, o que influencia o índice, como acontece com o município de São Francisco do Conde, na Bahia, graças à presença da refinaria de petróleo.

Em nível microrregional, o maior índice, em 2007, é o do estado de

Pernambuco (0,727) e o mais baixo é o do Amapá (0,106). Influenciou no cálculo o número e a diversidade das microrregiões com suas assimetrias, como aconteceu com o nível municipal.

Já a análise com base em mesorregiões aponta mais uma vez a Bahia com o maior índice (0,490) e Rondônia com o menor índice (0,028). Novamente influi, na Bahia, o número e os contrastes econômicos mesorregionais, no caso destacando a Mesorregião Metropolitana de Salvador.

As figuras 3 a 7, organizadas em ordem alfabética, mostram os desequilíbrios para todos as unidades da federação, à exceção do Distrito Federal por não ser subdividido em unidades regionais e municípios.

O gráfico da Bahia ressalta os altos valores dos índices e as grandes variações entre eles, considerando os níveis de análise, enquanto que os estados do Acre e de Roraima revelam baixos índices e muito pequenas variações entre os três níveis da divisão territorial.

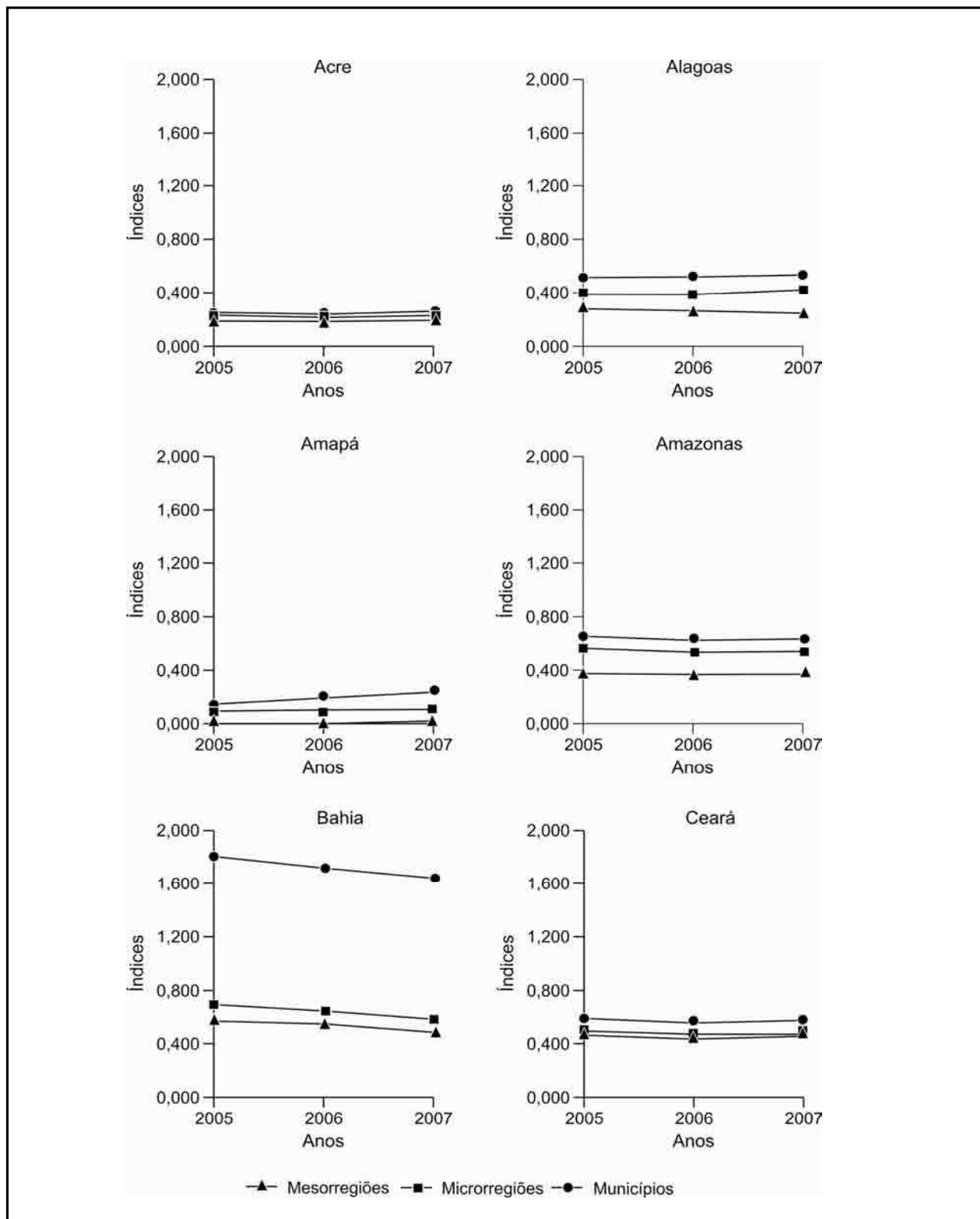


Figura 3: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia e Ceará – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005-2007

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto Interno Bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

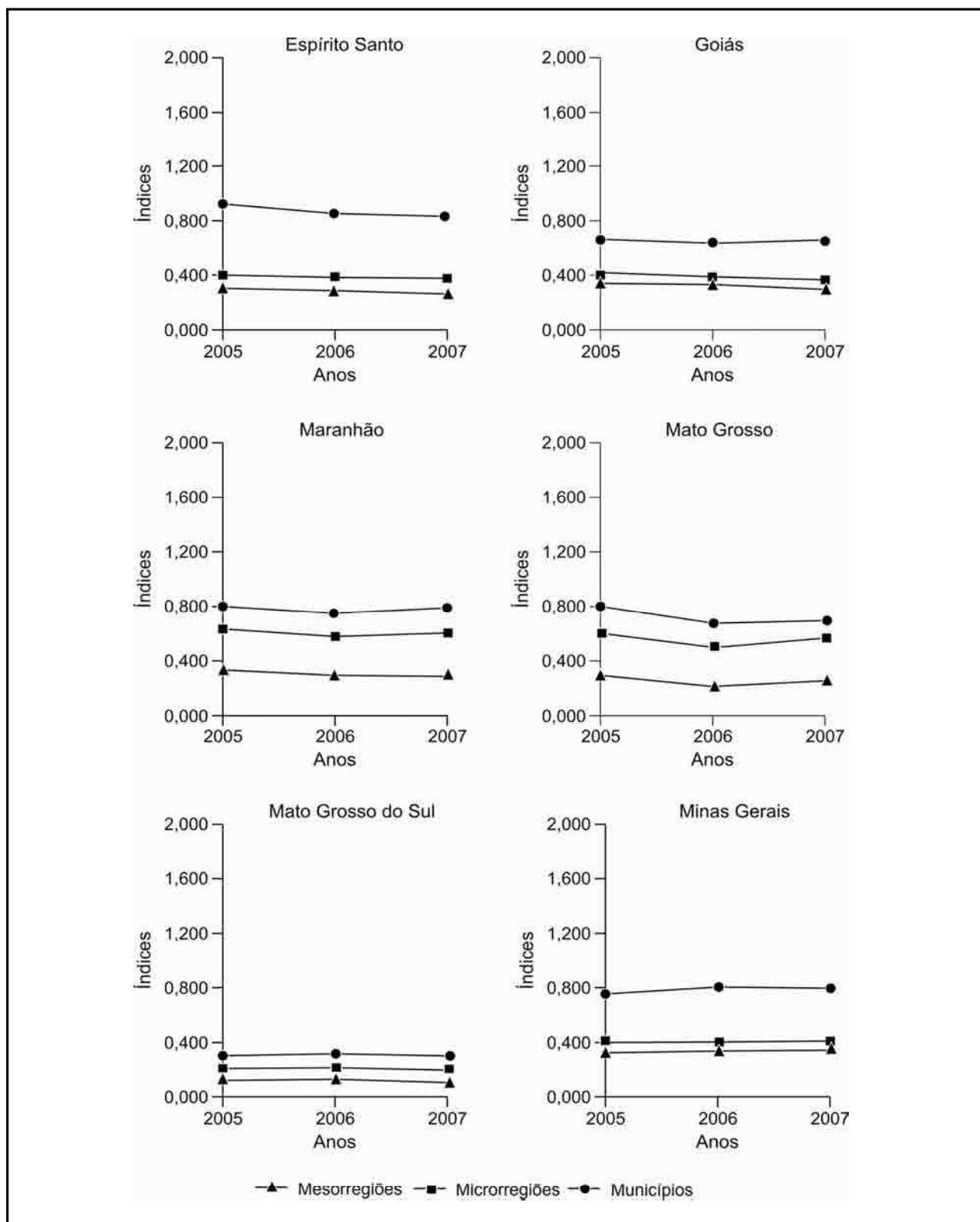


Figura 4: Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005-2007

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto Interno Bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

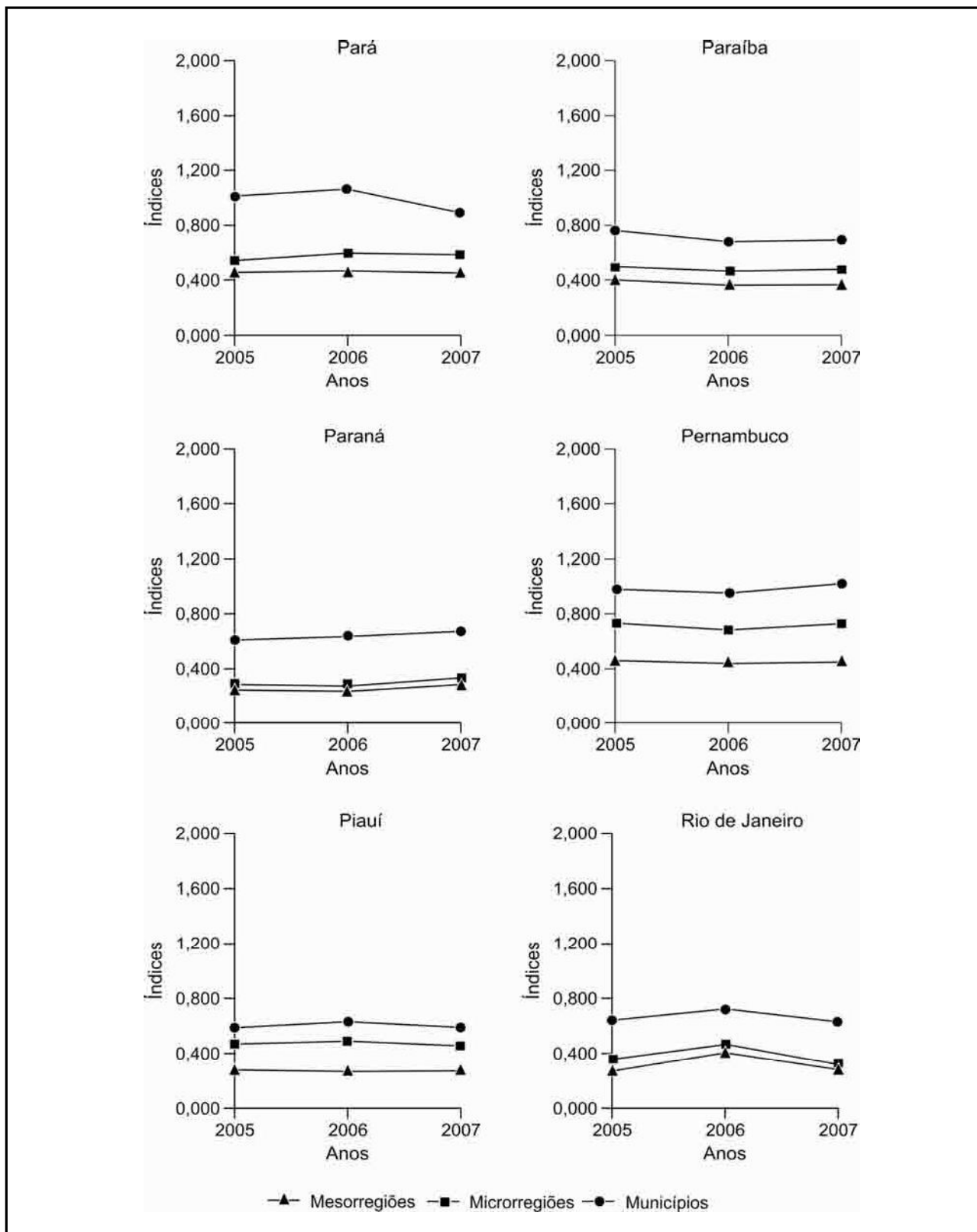


Figura 5: Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí e Rio de Janeiro – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005-2007

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto Interno Bruto dos municípios, 2005 a 2007*. Elaboração: autores.

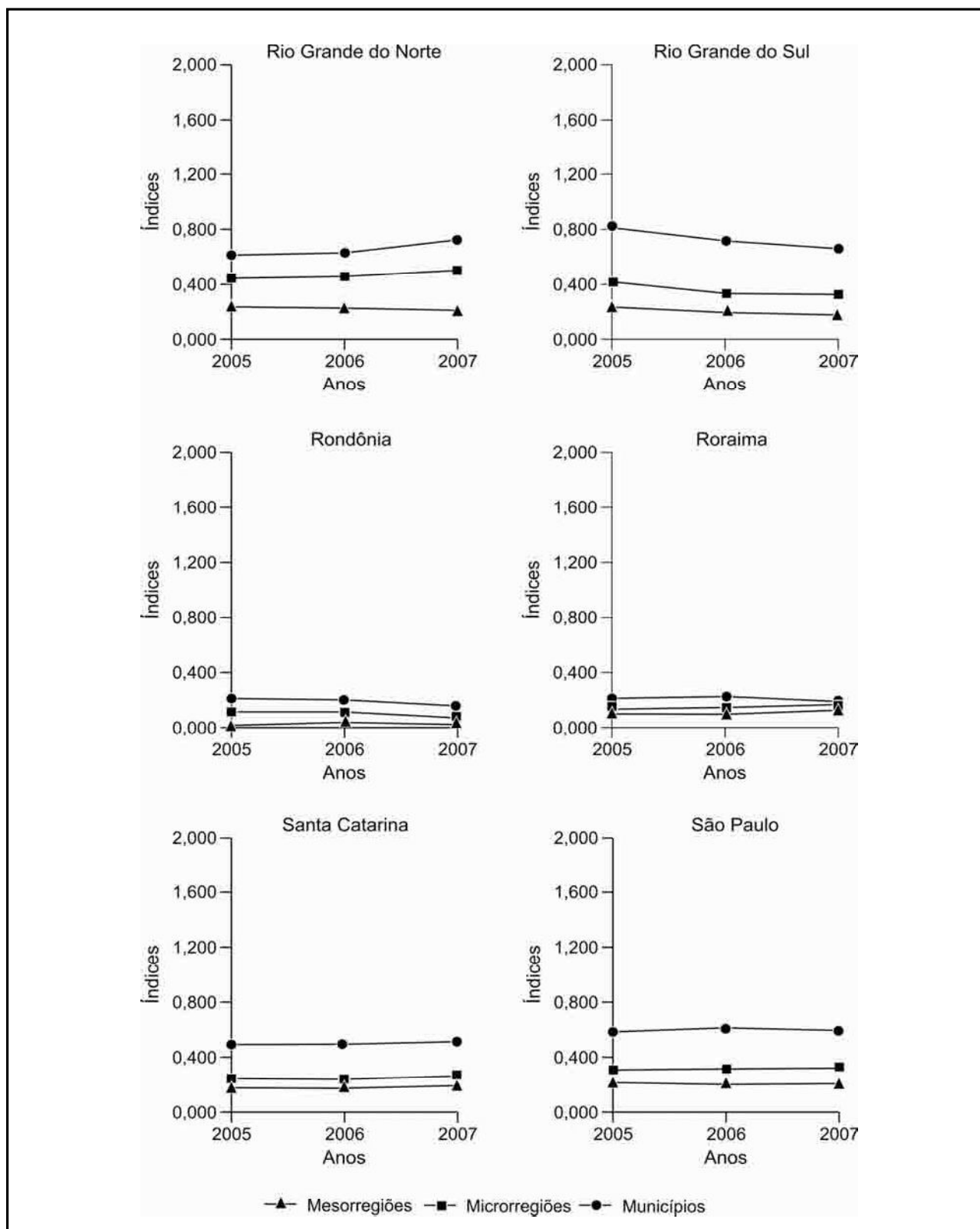


Figura 6: Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005-2007

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto Interno Bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

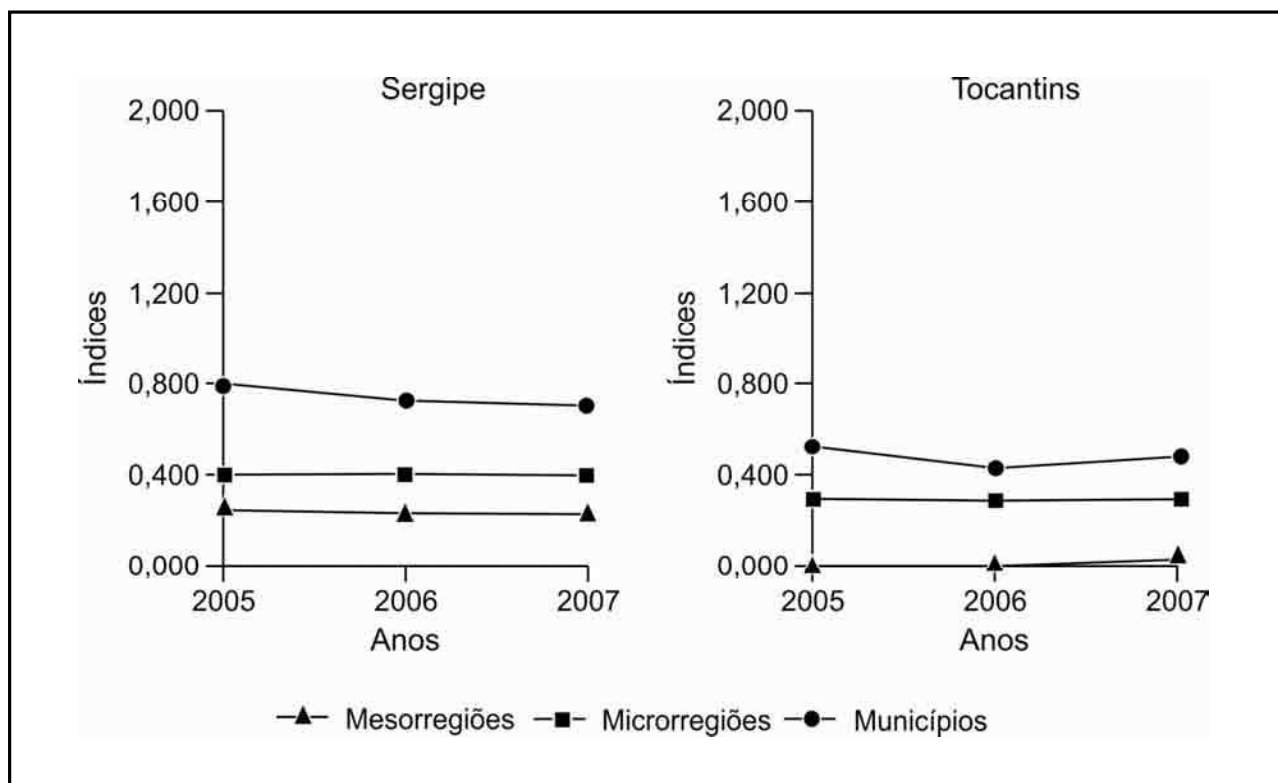


Figura 7: Sergipe e Tocantins – Índice de Williamson com base em diferentes níveis territoriais – 2005-2007

Fonte dos dados: IBGE. *Estimativas da população, 2005 a 2006; Contagem da população, 2007; Produto Interno Bruto dos municípios, 2005 a 2007.* Elaboração: autores.

A comparação entre os desequilíbrios regionais dos estados e os do Brasil como um todo indica que a melhor escala de análise para os estados seria a microrregional, considerando que a escala municipal é muito detalhada e a escala mesorregional é muito abrangente. Assim, em 2007, oito estados, com divisão em microrregiões, superam a média dos desequilíbrios regionais do Brasil dividido em estados (0,474). São eles: Amazonas, Pará, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Mato Grosso.

É significativo que esses estados estejam localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que estão, ao que tudo indica, na primeira fase do modelo de Williamson, a do crescimento com desequilíbrios regionais. Os estados do Sul e Sudeste podem ser classificados na segunda

fase do modelo, onde os desequilíbrios são bem menos expressivos, indicando uma maior convergência do desenvolvimento. Entretanto, isso mereceria, mais tarde, uma análise histórica bem mais longa para se poder comprovar a hipótese de Williamson para os estados brasileiros, aqui apresentada como indicação de novos estudos.

Conclusão

O trabalho mensurou os recentes desequilíbrios regionais do Brasil onde se observa que, na escala das grandes regiões e até dos estados, eles não são muito altos, mas isto não acontece na escala das mesorregiões, das microrregiões e, sobretudo, dos municípios. Isto significa que o crescimento brasileiro ainda não está se dando de forma equilibrada em todas as escalas de seu território, o que coloca novos desafios em termos de

políticas públicas, particularmente direcionadas para os municípios.

A análise dos desequilíbrios por grandes regiões revelou, basicamente, a existência de dois grupos. O primeiro é formado pelo Sudeste e pelo Sul, com menores desequilíbrios em quase todas as escalas, com destaque para a região Sul; o segundo grupo é formado pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com os mais elevados índices, em praticamente todas as escalas analisadas. Isto revela dois momentos no processo de crescimento regional: no primeiro caso, após uma fase de crescimento desequilibrado, as duas regiões ingressaram no período de maior equilíbrio, embora ainda haja um bom caminho a percorrer, particularmente no Sudeste; no segundo grupo, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão crescendo ainda com fortes desequilíbrios regionais,

especialmente o Centro-Oeste e o Nordeste.

A situação dos desequilíbrios em nível estadual reproduz praticamente o quadro macro-regional: os estados do Sul e Sudeste têm, em geral, padrões mais equilibrados e vários estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam fortes desequilíbrios.

Por outro lado, a pesquisa permitiu constatar, em princípio, a validade da hipótese de Williamson, a da tendência a uma maior convergência do desenvolvimento no Brasil, para uma série histórica, com base em estados, iniciada no final dos anos 1930, mesmo sem expressar a forma de um **U** invertido.

Finalmente, destaca-se que as próximas pesquisas devem priorizar a análise dos desequilíbrios nos estados, com suas mesorregiões, microrregiões e municípios, a partir de uma mais longa série de dados que poderiam ser disponibilizados pelo IBGE, confrontando a situação, certamente bem diversificada, dos estados com o modelo de Williamson.

Referências

AZZONI, C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

BENKO, G; LIPIETZ, A. (Ed.). **Les régions qui gagnent**. Paris: Puf, 1992.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. **La richesse des régions**. Paris: Puf, 2000.

CHRISTALLER, W. **Die zentralen Orte in Süddeutschland**. Jena, 1933.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1996.

FERREIRA, C. M. de C. A controvérsia da desconcentração geográfica da indústria na década de 70. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.11, n.1, p.138-146, 1991.

HADDAD, P. R.; FERREIRA, C. M. de C.; BOISIER, S.; ANDRADE, T. A. (Org.). **Economia Regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

ISARD, W. **Location and space-economy**. New York: MIT – John Wiley & Sons, 1956.

ISARD, W. **Introduction to regional science**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1975.

KLEIN et al (Org.). Et les régions qui perdent....? **Actes du Colloque sur le**

Développement Régional. Montréal: Université de Québec, 1995.

RICHARDSON, H. W. Polarization reversal in developing countries. **Papers of the Regional Science Association**, v. 45, p. 67-85, 1980.

SCHÄFER, F. Exceptionalism in Geography. A methodological examination. **Annals**, Association of American Geographers, v. 43, n. 3, p. 226-249, 1953.

SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. (Org.). **Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo**. São Paulo: EDUNESP, 1988.

WILLIAMSON, J. Regional inequality and the process of national development: a description of the patterns. **Economic Development and Cultural Change**, v.13, p. 3-45, 1965.

WILLIAMSON, J. (1977). Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição de padrões. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 53-116.



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano

Área de concentração

- A Dimensão Regional do Desenvolvimento
- Administração do Desenvolvimento